

Dossiê Patrimônio Cultural e Educação

Eloisa Helena Capovilla da Luz Ramos

Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS – São Leopoldo – Rio Grande do Sul – Brasil

Éder da Silva Silveira

Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC – Santa Cruz do Sul – Rio Grande do Sul - Brasil



O nº 02 da *Ágora*, Revista do Departamento de História e Geografia da Universidade de Santa Cruz do Sul – Unisc –, dedica seu dossiê à temática “Patrimônio Cultural e Educação”.

Nos últimos anos, o conceito de “patrimônio cultural” adquiriu um peso significativo no mundo ocidental. Se antes o patrimônio incluía somente grandes monumentos que eram interpretados como ‘fatos destacados’ da civilização, hoje a sua concepção nos permite entendê-lo como sendo o conjunto de bens culturais que faz referência às memórias sociais e às identidades coletivas. Desta maneira, arquiteturas, tradições gastronômicas, expressões de arte, festas, documentos, múltiplas paisagens e sítios arqueológicos passaram a ser reconhecidos como patrimônios e valorizados pelas comunidades e organismos governamentais, em todas as esferas.

O vocábulo patrimônio, mais recentemente, vem sofrendo transformações em diversas línguas e ampliando seu sentido. Sua origem, no entanto, remonta à antiguidade e à palavra latina *patrimoniū*, cujo sentido “bens de família”, “riqueza” ou “herança paterna” dava a dimensão de algo que passava dos pais para os filhos. Quando a palavra ampliou seu escopo, passando a representar mais do que herança paterna, tomando um sentido de “representação de um povo”, de um “grupo étnico” “de uma

nação”, ela incorporou a dimensão do Estado-Nação e tomou o patrimônio como a manifestação cultural de um povo, numa dimensão de identidade nacional.

No Brasil, a prática preservacionista que embasou a emergência do patrimônio está ligada à institucionalização de políticas públicas de meados dos anos 1930, com a criação da Inspetoria de Monumentos Nacionais (1934 a 1937) e do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 1937, e se caracterizou pela preservação de bens materiais, como as casas e as igrejas barrocas de Minas Gerais, Bahia e Pernambuco, além de outros monumentos de pedra e cal, em outras áreas do Brasil (TURAZZI, 2009, p. 32).

Desde fins dos anos 1970, com a criação da Pró-Memória, a categoria patrimônio expandiu-se, sendo incluídos nela outros bens arquitetônicos e obras de arte, mas, também, documentos, artesanato, festas, arte popular e religiões populares (GONÇALVES, 2007, p.129).

Mas é com a Constituição de 1988 que a ampliação da noção de patrimônio cultural no país se deu de forma mais ampla. É o que revela o artigo 216 da Constituição Federal:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver; III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988, s.p.)

A Constituição, neste mesmo artigo, aponta que o “poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento

e desapropriação”, além “de outras formas de acautelamento e preservação”.

No ano 2000, o Brasil deu mais um passo em direção às novas políticas de patrimônio que vinham sendo apontadas em nível internacional, quando instituiu, pelo decreto 3.551, o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que estabeleceu novas políticas de identificação, gestão e referenciamento dos Bens Culturais de Natureza Imaterial, confirmados a partir de outubro de 2003 pela UNESCO, na Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. Assim, passaram a ser protegidas as “práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural” (32º sessão. Paris, 29/09/2003). O patrimônio cultural imaterial se manifesta particularmente nos seguintes campos: a) tradições e expressões orais, incluindo o idioma como veículo do patrimônio cultural imaterial; b) expressões artísticas; c) práticas sociais, rituais e atos festivos; d) conhecimentos e práticas relacionados à natureza e ao universo; e) técnicas artesanais tradicionais.

Os documentos ligados à política do patrimônio imaterial vão ser completados pelo Decreto que criou, na mesma época, o Registro de bens culturais, que consiste na inscrição de bens culturais de natureza imaterial em um ou mais de um dos seguintes livros:

I – Livro de Registro dos Saberes e modos de fazer, enraizados no cotidiano das comunidades;

II – Livro de Registro de Festas, celebrações e folguedos que marcam ritualmente a vivência do trabalho, da religiosidade e do entretenimento;

III – Livro de Registro das Linguagens verbais, musicais, iconográficas e performáticas;

IV – Livro dos Lugares (espaços), destinado à inscrição de espaços comunitários como mercados, feiras, praças e santuários, onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.

Patrimônio material e patrimônio imaterial formam, hoje, como apontamos, um imenso campo de pesquisa e produção de conhecimento que ainda espera por um número maior de pesquisadores.

Conforme pontuou Márcia D'Alessio, “a ideia moderna de patrimônio está ligada ao impulso de preservação de bens materiais e imateriais que emerge do social”. Trata-se, portanto, de “uma forma de relação com o passado, um sentimento que revela o desejo de eternizar traços e marcas dos grupos humanos” (D’ALESSIO, 2012, p.79). Nessa mesma direção, Françoise Choay (2001, p.11), ao se referir à noção de “patrimônio histórico”, asseverou que a expressão designa “um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias” devido à industrialização. Isto quer dizer, ao fim e ao cabo, que é a comunidade quem escolhe, amplia e seleciona seus bens (e os preserva) conforme necessidades atreladas às suas construções identitárias.

Nas relações possíveis entre Patrimônio Cultural e Educação, é de fundamental importância considerar que os bens de cunho material, natural ou imaterial são importantes fontes para a pesquisa e para o ensino. E essa importância tem sido percebida de maneira cada vez mais incisiva.

É comum dividirmos, para efeitos didáticos de estudo, o patrimônio cultural em três grandes categorias: *material*, *imaterial* e *natural*. A literatura sobre o tema é ampla e grande é o número de obras que integram o estado da arte a respeito da noção e da gestão do Patrimônio Cultural no Brasil. Há também consenso sobre os patrimônios culturais serem dispositivos políticos e pedagógicos de memória e identidade. Trata-se de um campo que não é neutro, sendo marcado por disputas, conflitos e apropriações, já que os patrimônios alteram, consolidam ou solidificam imagens e fronteiras.

O Patrimônio cultural também é uma construção política, por isso ele é fruto de uma seleção, o que equivale dizer que ele não é uma construção neutra. Essa observação é importante na medida em que nos alerta para o fato de que todo e qualquer patrimônio cultural está associado a determinados interesses políticos, sociais e econômicos. Desse modo, patrimônio também é discurso e expressa determinadas narrativas nos lugares sobre os quais está fixado.

Outra observação importante para as relações entre Educação e Patrimônio Cultural diz respeito à necessidade de superação de uma sentença que tende a se reproduzir ao nível do senso comum, de que a principal função do patrimônio cultural é “preservar a memória”, estabelecendo uma equivocada relação sinonímia entre os termos, bem como deixando erroneamente reduzida a noção de memória a algo apreensível e originado no passado. Diferentes leituras sobre memória e história permitem avançar na conceituação e relação desses noções com o conceito de patrimônio. É importante substituir essa ideia de senso comum pela percepção de que, muito mais do que preservar, os patrimônios, como bens culturais e dispositivos de memória, atuam na sociedade cumprindo papéis que também são políticos e institucionais. Mais do que preservar, os patrimônios contribuem para enquadrar e guardar determinadas memórias, dotando-as de duração e estabilidade (POLLAK, 1989). Na perspectiva de Pollak (1989) e de Halbwachs (1990), significaria conceber os patrimônios também como construções políticas fabricadas socialmente como pontos de referência ou indicadores de um passado real ou imaginado que se quer ou se necessita salvaguardar.

Por outro lado, se trabalharmos com a memória vista como as representações coletivas do passado tal como se forjam no presente (TRAVERSO, 2012, p.14), veremos que tal representação estrutura as identidades sociais, inscrevendo-as numa continuidade histórica e dotando-as de um sentido, ou seja, de um conteúdo e de uma direção (TRAVERSO, 2012, p.14-15). Mas a memória é também uma construção sempre filtrada por conhecimentos adquiridos posteriormente. Ou seja, é sempre filtrada

pelo presente. A memória, segundo Catroga (2000), “só poderá desempenhar a sua função social através de liturgias próprias [...]”. Seu conteúdo “é inseparável dos seus campos de objetivação e de transmissão – linguagens, imagens, relíquias, lugares, escritas, monumentos – e dos ritos que os reproduzem” (CATROGA, 2000, p. 48). Por isso é pertinente dizermos que não existe representação memorial sem traços. E, para fixar esses traços da memória, o fazemos através do patrimônio, entendido aqui como “um conjunto de bens culturais cujo tratamento oriente-se pela lógica do conservar e transmitir, pelo respeito à herança enquanto evidência de realizações e materialização de valores”. Tradicionalmente, “a incorporação desses elementos por parte de um país ou população se completa na ideia do legado cultural” (CHOAY, 2001, p. 11).

Considerar o patrimônio como uma construção política e a memória como uma (re)construção continuamente atualizada do passado pode contribuir para qualificar as relações entre o Patrimônio Cultural e Educação. Para a compreensão do patrimônio como uma construção política, é salutar que haja a compreensão da memória como “uma reconstrução continuamente atualizada do passado”. Ela é “mais um enquadramento do que um conteúdo, um objetivo sempre alcançável, um conjunto de estratégias, um ‘estar aqui’ que vale menos pelo que é do que pelo que fazemos dele” (CANDAU, 2011, p.9). Memória e patrimônio não serão e não permitirão, pois, uma reconstituição fiel do passado. Nas palavras de Poulout, “em termos foucaultianos, dir-se-ia que o patrimônio não é a soma dos monumentos conservados nem a instituição que os conserva, mas as regras de sua prática, o sistema de seus julgamentos (2012, p.28).

O patrimônio cultural assume, assim, um lugar importante nas preocupações referentes às identidades, bem como nos aspectos concernentes à elaboração de políticas culturais e educativas, principalmente no atual contexto de mundialização/globalização em que vivemos. Assuntos correlatos que ajudam a compreender algumas questões relativas ao patrimônio na intersecção entre Educação e História em

espaços escolares e/ou de institucionalização da memória, como museus, arquivos, centros de documentação e memoriais integraram o presente dossiê.

O artigo de Daniel Luciano Gevehr e Gabriela Dilly apresenta algumas abordagens acerca da noção de educação patrimonial, destacando e discutindo as definições e práticas mais tradicionais, que introduziram as primeiras propostas de educação patrimonial no Brasil, junto ao Museu Imperial do Rio de Janeiro. De forma paralela, os autores destacam uma perspectiva de Educação Patrimonial crítica e suas relações com questões de identidade, pertencimento, memória, patrimônio cultural e educação, ensaiando reflexões sobre a temática no contexto do desenvolvimento regional. Clarisse Ismério parte para uma reflexão que associa Educação Patrimonial, Desenvolvimento Regional e sustentabilidade. A autora defende que a Educação Patrimonial é um vetor indispensável para a formação de valores que estejam comprometidos com o desenvolvimento sustentável.

Em direção semelhante, Tassiane Mélo de Freitas, a partir de exemplos de ações desenvolvidas na região carbonífera do Rio Grande do Sul, argumenta que a relação entre Educação e Patrimônio Cultural configura-se em importante estratégia para a proteção, conservação e promoção de bens culturais na direção de um desenvolvimento sustentável. No texto subsequente, Eduardo Alexandre Louzado e Heloisa Helena Fernandes Gonçalves da Costa denunciam a negligência associada à salvaguarda de um patrimônio cultural material localizado na cidade de rio Pardo (RS).

Em Educação e diversidade cultural: culturas indígenas e africanas na sala de aula, encontramos algumas ações e reflexões desenvolvidas no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência em uma escola da região central do Rio Grande do Sul, a partir de algumas práticas pedagógicas que privilegiaram o estudo e a percepção de bens culturais indígenas e africanos. Na sequência, Verlaine Fátima Wazenkeski e Heloisa Helena Fernandes Gonçalves da Costa abordam a importância

das ações educativas nas instituições museológicas a partir da descrição de alguns exemplos observados no município de Camaquã (RS).

Cyanna Missaglia de Fochesatto busca compreender as pinturas do artista gaúcho Pedro Weingärtner como um patrimônio artístico e iconográfico, particularmente as representações imagéticas sobre os imigrantes europeus no contexto do estabelecimento das primeiras colônias alemãs no Sul do Brasil. Em seguida, Alessandro Carvalho Bica, em A educação positivista republicana como uma herança cultural e patrimonial da primeira república na campanha gaúcha, busca compreender às concepções positivistas estabelecidas e presentes na Educação Republicana no município de Bagé (RS), no período da Primeira República (1889-1930). No último artigo do dossiê, Carolina Ribeiro Cardoso da Silva e Hiassana Scaravelli abordam o patrimônio documental do setor de Obras Raras da Biblioteca Pública de Santa Catarina, defendendo a necessidade de políticas de salvaguarda desse patrimônio, compreendido pelas autoras como imprescindível para a educação e preservação de uma memória escolar catarinense.

Os artigos que seguem na seção Tema Livre encerram esse número da revista apresentando temas variados, tais como cinema, desenvolvimento regional, agroecologia, arqueologia, emprego e simbologia maçônica.

Desejamos uma ótima leitura a todos!

Referências

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. SP: Contexto, 2011.

CATROGA, Fernando. Memória e história. In PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). **Fronteiras do Milênio**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2001.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade, Editora Unesp, 2001.

D'ALESSIO, Márcia Mansor. Metamorfoses do patrimônio – O papel do historiador. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional** nº 34 / 2012, p.79-90.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Autenticidade, Memória e Ideologias Nacionais: o problema dos patrimônios culturais. In: _____. Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônio. Coleção Museu, memória e cidadania. Rio de Janeiro, s.n., 2007, p. 117-138.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Vol. 2, Nº 3, 1989. p. 3-15.

POULOT, Dominique. A razão patrimonial na Europa do século XVIII ao XXI. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional** nº 34 / 2012, p.27-44.

TRAVERSO, Enzo. **O passado, modos de usar**. Lisboa: Unipop, 2012.

TURAZZI, Maria Inez. Iconografia **e patrimônio**: o Catálogo da Exposição de História do Brasil e a fisionomia da nação. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2009.
